

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014 (reclassificado)	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014 (reclassificado)
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	60.235	52.541	Fornecedores	10	1.450.562	663.297
Aplicações financeiras	4.2	564.357	200.355	Obrigações contratuais	11	654.759	305.759
Contas a receber	5	1.232.755	567.210	Obrigações trabalhistas	12	3.924	2.630
Créditos contratuais	6	528.964	331.054	Impostos a recolher		25.776	1.227
Estoques		635	400	Dividendos a pagar	14.4	18.008	11.314
Impostos a recuperar	7	30.309	11.144	Convênio Eletrobras	13	51.475	31.214
Outros créditos		908	765	Outras contas a pagar		789	759
Total dos ativos circulantes		2.418.163	1.163.469	Total dos passivos circulantes		2.205.293	1.016.220
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber	5	3.218.619	3.386.295	Fornecedores	10	2.945.201	3.108.070
Créditos contratuais	6	125.851	86.369	Obrigações contratuais	11	125.254	85.745
Intangível	8	194.282	182.413	Impostos diferidos	20.1	456.917	391.300
Diferido	9	4.195	5.048	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	15	86.414	70.781
Outros créditos		475	495	Convênio Eletrobras	13	23.962	36.577
Total dos ativos não circulantes		3.543.422	3.660.620	Total dos passivos não circulantes		3.637.748	3.692.473
TOTAL DOS ATIVOS				TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		5.961.585	4.824.089			5.961.585	4.824.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o dividendo mínimo obrigatório por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros reserva legal	incentivo fiscal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014		89.782	5.022	3.107	10.389	-	108.300
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(10.389)	-	(10.389)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	50.963	50.963
Capitalização de reservas		3.107	-	(3.107)	-	-	-
Constituição de:							
Reserva legal	14.2	-	2.548	-	-	(2.548)	-
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	3.778	-	(3.778)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (RS 0,4719)	14.4	-	-	-	-	(33.478)	(33.478)
Dividendos adicionais propostos (RS 0,1573)	14.5	-	-	-	11.159	(11.159)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		92.889	7.570	3.778	11.159	-	115.396
Pagamento de dividendos	14.5	-	-	-	(11.159)	-	(11.159)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	32.315	32.315
Capitalização de reservas	14.1	3.778	-	(3.778)	-	-	-
Constituição de:							
Reserva legal	14.2	-	1.616	-	-	(1.616)	-
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	6.688	-	(6.688)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (RS 0,2539)	14.4	-	-	-	-	(18.008)	(18.008)
Dividendos adicionais propostos (RS 0,0846)	14.5	-	-	-	6.003	(6.003)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		96.667	9.186	6.688	6.003	-	118.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS (“Companhia” ou “Cigás”) é uma sociedade anônima de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, criada mediante autorização da Lei Estadual no 2.325 de 8 de maio de 1995, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou necessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou como oxi-redutor siderúrgico, seja para a geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos a partir de 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do termo inicial autorizada pela Lei Estadual no 3.690 de 21 de dezembro de 2011.

A Companhia assinou em 1º de junho de 2006 contrato com a Petrobras, com intervenção da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (“Amazonas Energia”), Eletrobrás e Eletrobras, de compra e venda de gás natural, o qual terá por prazo de vigência 20 anos e prevê o fornecimento comercial de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia de gás canalizado. Assinou nesta mesma data, contrato de fornecimento de gás natural para geração termelétrica, com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., com intervenção da Petrobras, Eletrobrás e Eletrobras, pelo prazo de 20 anos, com fornecimento de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia. Conforme cláusula 4.2 dos contratos Upstream (compra de gás) e Downstream (venda de gás), a Companhia exerceu a opção de quantidade diária contratual (“QDC”) de 80.000 (oitenta mil) m³/dia para o segmento não termelétrico (outros usos), o que fez com que o volume termelétrico passe a ser de 5.420.000 m³/dia, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Em consequência do contrato assinado com a Amazonas Energia, a Companhia assinou, em dezembro de 2006, com Eletrobras, um Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, para viabilizar a construção dos ramais de distribuição de gás, vide nota explicativa nº 13.

Em dezembro de 2010 a Companhia iniciou suas operações com a entrada dos ramais de distribuição de gás e durante o exercício de 2011 a Companhia ampliou o fornecimento de gás para as termelétricas.

Em 2011 foi assinado pela Amazonas Energia e a Eletrobras o terceiro aditivo do contrato de compra e venda de gás natural, o qual celebra uma nova quantidade diária contratual, que segue uma curva de volume incremental de fornecimento do gás natural até 2014, ano em que fixa o valor de 5,5 milhões de m³ por dia.

Conforme previsto na Cláusula Vinte e Três, do Contrato de Compra e Venda de gás, datado de 06/2006, o Comitê Operacional se reuniu em 12/08/2015 para definir uma agenda de trabalhos para tratar de diversos assuntos envolvendo as áreas técnicas e operacionais, inclusive as conciliações contábil e financeira entre a Petrobras, Cigás e Amazonas Energia. Em relação ao resultado das conciliações envolvendo os valores dos saldos em aberto das contas a pagar e das contas a receber entre a Companhia, a Petrobras e a Amazonas Energia o Comitê Operacional (previsto na cláusula vinte e três, do contrato de compra e venda de gás datado de junho de 2006), realizou reunião em 9 de dezembro de 2015, referendando a conciliação dos valores incontroversos. Os valores divergentes nas cartas de conciliação, com posição em 31 de dezembro de 2015, correspondem a valores controversos que estão sendo objeto de conciliação e tratamento entre as partes.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações são apresentadas em reais – R\$ – a moeda funcional da Companhia.

2.4 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.4.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas acima.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, acrescido de multa por inadimplência, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros e multa são reconhecidas através da aplicação de taxas efetivas. No caso da Companhia, compreende o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos contratuais.

2.4.2 Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto pelo lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA			
	16	2.265.361	2.114.057
CUSTO			
Custo dos produtos vendidos	18	(2.161.413)	(1.989.566)
Custo dos serviços de construção	18	(21.275)	(46.905)
LUCRO BRUTO		82.673	77.586
(DESPESAS) RECEITAS			
Despesas gerais e administrativas	18	(27.494)	(24.608)
Outras receitas (despesas)	18	(623)	4
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		54.556	52.982
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	189.316	336.094
Despesas financeiras	19	(102.103)	(317.503)
Total		(12.787)	18.591
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
		41.769	71.573
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	20.1	(7.037)	(19.846)
Correntes		(2.417)	(764)
Total	20.2	(9.454)	(20.610)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		32.315	50.963

LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO (EM REAIS - R\$)

0,4555 0,7184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2015	2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
		32.315	50.963
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		32.315	50.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2015	2014 (reclassificado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		32.315	50.963
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Amortização do intangível e do diferido	8,9,18	10.484	7.547
Constituição de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, líquida	15	2.253	2.709
Juros e atualizações monetárias		(58.060)	(9.560)
Constituição de impostos diferidos	20.1	65.617	198.163
Encargos provisionados - Convênio Eletrobras	13	20.833	10.610
Baixa de intangível	8	1.483	2.217
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(497.869)	(1.567.900)
Estoques		(235)	(174)
Impostos a recuperar		(27.159)	(9.358)
Créditos contratuais		(237.392)	(755.700)
Outros créditos		(123)	(604)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		624.396	1.388.863
Obrigações trabalhistas		1.294	638
Impostos a recolher		24.549	(5.439)
Obrigações contratuais		388.489	798.505
Outras contas a pagar		30	152
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	15	13.380	67.905
Provisão de renda e contribuição social pagos		7.994	4.771
Encargos pagos	13	(4.571)	(2.276)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		367.908	182.026
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adição ao intangível	8	(22.983)	(47.236)
Aplicações financeiras		(1.007.329)	(72.482)
Resgate de aplicações financeiras		701.387	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(128.925)	(119.718)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização - Convênio Eletrobras	13	(8.816)	(3.084)
Pagamento de dividendos	14.4	(22.473)	(43.864)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(31.289)	(46.948)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.694	15.360
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
No início do exercício	4	52.541	37.181
No fim do exercício	4	60.235	52.541
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.694	15.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.4.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia - ou “Outros passivos financeiros”.

2.4.3.1 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo Convênio Eletrobras, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.4.3.2 Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

2.4.4 Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos contratuais, fornecedores e obrigações contratuais.

Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os partici-

pantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, resumido como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: utilização dados observáveis no mercado;

Nível 2. Sem Mercado Ativo: técnica de avaliação com certos dados utilizados com preços cotados de ativos similares; e

Nível 3. Sem Mercado Ativo: técnica de avaliação com inputs não observáveis. Para 31 de dezembro de 2015 a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi classificada na categoria de nível 2. Não houve alterações de categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.

2.6 Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pelo concessionário como parte do contrato de concessão do serviço público de distribuição de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, o ICP 01 (R1) – Contratos de Concessão e o OCP 05 – Contrato de Concessão. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão - janeiro de 2040 - de acordo com o item 42 do OCP 05 – Contratos de Concessão, vide nota explicativa n 8.

2.7 Diferido

Os valores constantes no ativo diferido representam gastos pré-operacionais que foram incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear. De acordo com a Lei no 11.941 de 2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização, vide nota explicativa n o 9.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.9 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

2.9.1 Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;

- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;

- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;

- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e

- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos, distribuição de gás e correlatos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

2.9.2 Receita e custo de construção

A Interpretação Técnica - ICP 01 (R1) – “Contratos de Concessão” estabelece que o concessionário de serviços públicos deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação e distribuição – fornecimento de gás canalizado), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na distribuição de gás canalizado. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de gás canalizado; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de gás canalizado; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, vide nota explicativa no 16 e 18.

2.9.3 Receitas e despesas financeiras

Representam juros, encargos e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de aplicações financeiras, clientes, fornecedores e outros descontos obtidos conforme demonstrado na nota explicativa no 19.

2.10 Redução ao valor recuperável dos ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora

de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Com base nas análises efetuadas pela administração, não foram identificadas evidências que requerem ajustes para perda por redução ao valor recuperável dos ativos.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

A despesa do imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.11.1 Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

2.11.2 Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Os impostos e contribuições diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias, foram reconhecidos tendo em vista o histórico de rentabilidade e análise de recuperação futura desses créditos. Vide nota explicativa no 20.

2.11.3 Incentivo fiscal do imposto de renda

Conforme Laudo Constitutivo no 060/2011 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia goza de benefício de redução de 75% do imposto de renda devido até o ano calendário de 2021. De acordo com a CPC 07 (R1) “Subvenção e Assistência Governamentais”, este incentivo fiscal, categorizado como incentivo para investimento, é reconhecido no resultado do exercício, a crédito da despesa de imposto de renda e, ao final do exercício social, o mesmo valor é transferido da conta de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal).

2.12 Adoção das normas contábeis novas e revisadas

2.12.1 Normas, interpretações novas e alterações de normas e interpretações existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2015:

- Alterações à IAS 19/CPC 33 – Planos de Benefícios Definidos: contribuições dos Empregados – Alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.

- Melhorias anuais ao ciclo de 2010 a 2012 e ciclo de 2011 a 2013 – pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

- A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações das normas existentes.

2.12.2 Novas normas e interpretações e alterações de normas e interpretações existentes que ainda não estão vigentes em 31 de dezembro de 2015:

- Alterações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 38 / CPC 4 (R1) – Esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização. As alterações proíbem o uso do método de depreciação baseada na receita e introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização (com exceções). Vigente a partir de 1º de janeiro de 2016.

- IFRS 11 / CPC 19 – Alterações nesses pronunciamentos para clarificar as combinações de negócios que representam princípios, divulgados no IFRS 3 e outros, desde que não seja conflitante. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2016.

- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Iniciativa de divulgação. As alterações à norma oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2016.

- Modificações anuais dos ciclos 2012 a 2014 – Pequenas alterações nos pronunciamentos existentes. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2016.

- IAS 7 – Alteração nesse pronunciamento para clarificar que as Companhias devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividade de financiamento, apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2017.

- IAS 12 – Alteração nesses pronunciamentos para clarificar certos métodos de classificação das perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor de custo ou justo. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2017.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 introduz novas exigências para classificação, mensuração, impairment, hedge accounting e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2018.

- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes. A nova norma estabelece critérios para o reconhecimento de receitas com clientes. A Companhia não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2018.

- IFRS 16 – Especificação de reconhecimento, medição e divulgação de locações, através de um modelo contábil único arrendatário. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor. A Companhia está analisando os impactos dessas normas e até a presente data não foi identificado nenhum impacto relevante sobre as demonstrações financeiras.

2.13 Reclassificação de valores comparativos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade está demonstrado a seguir:

Item	Valores anteriormente divulgados	Valores reclassificados
BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	252.896	52.541
Aplicações financeiras (a)	-	200.355
Contas a receber (c)	893.714	567.210
Créditos contratuais (c)	518.440	331.050
Ativo não circulante		
Contas a receber (c)	1.957.793	3.386.295
Créditos contratuais (c)	1.000.981	86.369
Passivo circulante		
Fornecedores (c)	710.840	663.297
Obrigações contratuais (c)	493.277	305.779
Passivo não circulante		
Fornecedores (c)	1.950.491	3.108.070
Obrigações contratuais (c)	1.008.283	85.745
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Juros e atualizações monetárias (a)	-	(9.560)
Impostos a recuperar (b)	(4.587)	(9.358)
Imposto de renda e contribuição social pagos (b)	-	4.771
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras (a)	-	(72.482)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa (a)	97.402	15.360
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício(a)	155.494	37.181
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício(a)	252.896	52.541

(a) Refere-se a reclassificação de saldo de caixa e equivalentes para aplicações financeiras relativo à conta de pagamento, conforme detalhado na nota explicativa no 4;

(b) Refere-se a segregação dos valores de imposto de renda e contribuição social pagos no exercício de 2014;

(c) Refere-se a reclassificação de saldo do Termo de Confissão de Dívida dos grupos de contas a receber/fornecedores para os grupos de créditos/obrigações contratuais, conforme evidenciado nas notas explicativas nos 5, 6, 10 e 11.

3 PRINCIPAIS JULGAMENTOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; (ii) vida útil do ativo imobilizado; (iii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; (iii) tributações diferidas; (iv) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa; e (v) divulgação de instrumentos financeiros; as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014 (reclassificado)
Caixa e bancos	636	643
Aplicações financeiras	59.599	51.898
Total	60.235	52.541

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2015, são representadas por aplicação de CDB e operação compromissada do Banco do Brasil S.A. de curto prazo, remunerada à taxa média de 99,5% do CDI. As aplicações possuem alta liquidez sem risco de variação significativa do principal.

4.2. Aplicações financeiras

	31/12/2015	31/12/2014 (reclassificado)
Aplicações financeiras (conta de pagamento)	564.357	200.355

Os saldos classificados como aplicações financeiras referem-se à conta de pagamento criada para o recebimento dos valores depositados por seu principal cliente Amazonas Distribuidora de Energia S.A. As aplicações financeiras são representadas por CDB remuneradas à taxa média de 99,5% do CDI. A movimentação dessa conta depende de aprovações conjuntas da Petrobras, Cigás e Amazonas Energia, conforme contrato de compra e venda de gás firmado entre as partes.

5 CONTAS A RECEBER

	31/12/2015	31/12/2014 (reclassificado)
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - CCD (a)	3.471.383	3.548.955
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	936.668	369.465
Breitere Tambaqui S.A.	39.668	32.940
Outros	3.655	2.145
Total	4.451.374	3.953.505
Circulante	1.232.755	567.210
Não circulante (a)	3.218.619	3.386.295
Total	4.451.374	3.953.505

(a) Conforme mencionado na nota explicativa no 5.1 os valores a receber relativos ao acordo de confissão de dívida celebrados entre a Petrobras e a Amazonas Energia foram classificados como ativo não circulante correspondente às parcelas 24a à 120a.

O saldo do contas a receber está representado pela seguinte composição por idade de vencimento.

Clientes	origem vencido (dias)				
	a vencer	0 a 30	31 a 60	61 a 90	acima de 90
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	-	54.431	14.012	11.874	4.408.051
Breitere Tambaqui S.A.	-	-	-	-	39.668
Outros	3.401	120	13	17	104
Total	3.401	54.551	14.025	11.874	4.467.523

As contas a receber de clientes incluem valores vencidos no final do exercício, para os quais a Companhia não constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, uma vez que é representado por valores a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. Por força dos contratos de compra e venda de gás, após o transcurso de 45 (quarenta e cinco) dias, os créditos não recebidos da Amazonas Energia e da Breitere Tambaqui S.A. pela Cigás são automaticamente cedidos à Petrobras, independente da realização de instrumento específico, conforme cláusula 15, vide nota explicativa no 10. A Administração avaliou a qualidade do crédito e não constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa.

O valor a receber no montante de R\$ 39.668 junto ao cliente Breitenner Tambaqui S.A., nos termos do que preceitua o contrato firmado entre as partes, já fora cedido à PETROBRAS, ver Nota Explicativa nº 23.d.

5.1 Contrato de confissão de dívida

Em 2014 a Petrobras e a Amazonas Energia entraram em acordo para que os créditos da Cigás junto à Amazonas Energia fossem cedidos à Petrobras e os pagamentos da dívida com a Petrobras fossem realizados diretamente pela Amazonas Energia seguindo o previsto no item 10.7.2 do contrato de compra e venda de gás assinado entre a Cigás e a Amazonas Energia. Desta forma, em 31 de dezembro de 2014 foi assinado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Carta-Compromisso ("Confissão de Dívida") entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia"). De acordo com a Confissão de Dívida o valor total a pagar pela Amazonas Energia para a Petrobras totalizou R\$ 3.257.366, sendo R\$ 2.942.445 de principal e R\$ 314.921 de encargos divididos em 120 parcelas mensais e consecutivas atualizadas pela SELIC e vencendo a primeira em 20 de fevereiro de 2015. O valor da parcela seguiu a ordem: valor de R\$ 13.572 da 1ª até 36a parcelas e R\$ 32.961 da 37ª até 120a. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Amazonas Energia pagou um montante de R\$ 149.296 para a Petrobras relativo ao valor original da Confissão de Dívida.

O saldo ativo relativo a CCD contempla também os impostos em cálculo por gross up (PIS/COFINS), que para 31 de dezembro de 2015 monta R\$ 287.405, sendo R\$ 273.418 classificado no ativo não circulante. Esses valores são pagos pela Amazonas Energia para a Cigás.

6 CRÉDITOS CONTRATUAIS

	31/12/2015	31/12/2014 (reclassificado)
Ship or pay - transporte	473.454	197.859
Direito de retirada de gás	125.851	86.369
Créditos contratuais	40.468	67.029
Take or pay - commodity	13.827	64.025
Penalidade - PRME	945	-
Margem contratual	178	2.141
Take - Não termos	92	-
Total	654.815	417.423
Circulante	528.964	331.054
Não circulante	125.851	86.369
Total	654.815	417.423

O contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e seu cliente Amazonas Distribuidora de Energia S.A., estabelece, na cláusula terceira, um volume mínimo de compras diárias de gás. Caso este volume não seja atingido, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. deverá pagar à Companhia a diferença entre o valor mínimo contratado e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegura o direito de recuperação, durante os 60 meses seguintes ao ano contratual, através de fornecimento de gás, de parte dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. Para 31 de dezembro de 2015, a Amazonas Energia também não atingiu o volume mínimo de compra relativo a parcela de gás recuperável, e dessa forma a Companhia tem registrado no grupo/conta "créditos contratuais"/créditos contratuais" o montante acumulado de R\$ 40.468 (31 de dezembro de 2014, R\$ 67.029) a ser recebido do cliente, tendo como contrapartida a conta "obrigações de fornecimento de gás" no passivo no grupo "obrigações contratuais" que, para 31 de dezembro de 2015, monta R\$ 125.254 (31 de dezembro de 2014, R\$ 85.745), vide nota explicativa no 11. A Companhia também registrou no passivo no grupo/conta "obrigações contratuais"/"obrigações contratuais" o saldo a pagar relativo ao gás não retirado da Petrobras, ver nota explicativa no 11. Esses valores podem ser recuperados e por isso foram reconhecidos em contas patrimoniais reflexas. Para os volumes não recuperáveis, em 31 de dezembro de 2015, o saldo do volume mínimo de compra não atingido pela Amazonas Energia relativo à parcela do gás (take), do transporte (ship), da margem e da penalidade PRME monta a R\$ 488.496 (31 de dezembro de 2014, R\$ 264.025).

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ	24.788	7.431
CSLL	2.614	1.914
COFINS	2.385	1.466
PIS	492	303
Outros	30	30
Total	30.309	11.144

8 INTANGÍVEL

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	custo	amortização acumulada	valor líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2014	160.344	(16.257)	144.087
Adições	47.236	-	47.236
Amortização	-	(6.693)	(6.693)
Baixas	(2.217)	-	(2.217)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	205.363	(22.950)	182.413
Adições	22.983	-	22.983
Amortização	-	(9.631)	(9.631)
Baixas	(1.483)	-	(1.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	226.863	(32.581)	194.282

Esses ativos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são compostos como segue:

	Taxa média ponderada a.a. - %	31/12/2014	Adições	Transferência	Amortização	Baixa	31/12/2015
Tubulações	5,34%	154.995	1.531	29.864	(8.697)	-	177.713
Máquinas e equipamentos	11,67%	4.813	1.150	206	(785)	(41)	5.540
Móveis e utensílios	6,67%	574	42	-	(43)	(1)	572
Software	20,00%	452	16	-	(95)	-	373
Veículos e equipamentos de transporte	10,00%	60	-	-	(11)	-	49
Outras em andamento	-	21.204	20.198	(29.788)	-	(1.441)	10.173
Equipos de mobilização	-	262	26	(282)	-	-	26
Total	-	182.413	22.983	-	(6.631)	(1.483)	194.282

O Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Gás Combustível Canalizado celebrado em 18 de novembro de 2002 entre o Poder Concedente e a Companhia (Concessionária), com término em 31 de janeiro de 2040, regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Extinta a concessão, reverterem ao poder concedente todos os bens e serviços vinculados à infraestrutura, mediante pagamento de uma indenização, previsto na cláusula 20, do contrato de concessão; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido no contrato de concessão com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de gás canalizado da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica IPCC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos aos seus operadores.

De forma a refletir o negócio de distribuição de gás canalizado, o ativo intangível, em virtude da sua recuperação, está condicionado à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás canalizado pelos consumidores.

A infra-estrutura construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de gás canalizado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de consumo de gás) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar esta tarefa.

Esta indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos realizados nos 10 (dez) anos anteriores ao término da concessão, 31 de janeiro de 2040, atualizado monetariamente conforme os critérios especificados no Contrato de Concessão.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A Companhia iniciou suas operações em dezembro de 2010 e, a partir desse mês também iniciou a amortização do intangível pelo prazo da concessão.

8.1 Análise do valor recuperável dos ativos

Com base nas análises efetuadas, a Companhia não identificou evidências que requeiram ajustes para perda por redução do valor de recuperação do seu ativo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

9 DIFERIDO

	31/12/2015	31/12/2014
Custo	8.533	8.533
Amortização acumulada	(4.338)	(3.485)
Total, líquido	4.195	5.048

Refere-se a gastos incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear de acordo com a Lei no 11.941 de 2009.

10 FORNECEDORES

	31/12/2015	31/12/2014 (reclassificado)
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. - CCD (a)	3.108.070	3.257.366
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	1.286.491	509.302
Outros	1.202	4.699
Total	4.395.763	3.771.367
Circulante	1.450.562	663.297
Não circulante (a)	2.945.201	3.108.070
Total	4.395.763	3.771.367

(a) Conforme mencionado na nota explicativa no 5.1 os valores a pagar relativos as parcelas 24a à 120a do acordo de confissão de dívida celebrados entre a Petrobras e a Amazonas Energia foram classificados para o passivo não circulante.

11 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	31/12/2015	31/12/2014 (reclassificado)
Ship or pay - transporte	551.542	257.975
Obrigações de fornecimento de gás	125.254	85.745
Obrigações contratuais	85.218	38.378
Take or pay - commodity	17.122	9.426
Penalidades - PRME	877	-
Total	780.013	391.524
Circulante	654.759	305.779
Não circulante	125.254	85.745
Total	780.013	391.524

Conforme mencionado na nota explicativa no 6 e devido ao contrato reflexo de venda de gás à Amazonas Energia, em 2006 a Companhia também assinou contrato de compra de gás natural firmado com o seu fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras que estabelece, na cláusula nona, um volume mínimo diário de compras de gás. Caso este volume não seja atingido, a Companhia deverá pagar à Petrobras a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegura o direito de recuperação de parte do volume durante 60 meses do ano contratual, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o volume mínimo de compra, relativo à parcela do gás recuperável, não atingido pela Companhia monta um valor acumulado de R\$ 85.218 (31 de dezembro de 2014, R\$ 38.378) e, desta forma a Companhia tem registrado no passivo no grupo/conta "obrigações contratuais" a obrigação junto à Petrobras, tendo como contrapartida a conta "direito de retirada de gás" no ativo no grupo "créditos contratuais" em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 125.851 (31 de dezembro de 2014, R\$ 86.369), vide nota explicativa no 6. A Companhia também registrou no ativo no grupo/conta "créditos contratuais" o saldo a receber da Amazonas Energia relativo ao gás não enviado à Amazonas Energia, ver nota explicativa no 6. Para os volumes não recuperáveis, em 31 de dezembro de 2015, o saldo do volume mínimo de compra não atingido pela Companhia relativo à parcela do transporte (ship), da molécula (commodity) e da penalidade P.R.M.E. monta R\$ 569.541 (2014, R\$ 267.401).

12 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2015	31/12/2014
Participação nos lucros e resultados	-	1.412
Férias e encargos	-	1.373
Salários	462	-
IRRF	263	99
INSS	251	249
FGTS	56	55
Outras obrigações sociais e trabalhistas	107	-
Total	3.924	2.630

13 CONVÊNIO ELETROBRAS

Em 11 de dezembro de 2006 a Companhia assinou um Convênio de Cooperação Técnico-Financeira (ECV-205/2006) junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. O objetivo deste convênio é viabilizar, por meio de participação técnica e financeira dos participantes, através de estudo, projeto e implantação de Ramais Termelétricos, a mudança da matriz energética do Estado do Amazonas, com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição do consumo de óleo combustível e a consequente emissão de monóxido de carbono e redução dos custos da CCC-Isol.

Os valores aportados pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras serão devolvidos a partir de parte da receita futura da venda de gás da Companhia para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. Assim, da receita líquida auferida com o recebimento dos Ramais Termelétricos pelos usuários, uma parte é cedida à Eletrobras durante o período de 96 meses, desde o início da operação comercial. A estimativa das futuras cessões de parte da receita e consequentemente a taxa efetiva calculada são revisadas mensalmente pela Administração com base nos consumos reais e no contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e nos repasses das parcelas devidas à Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras.

A movimentação do saldo do convênio está composta da seguinte forma:

	Circulante	Não circulante	total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	13.384	49.157	62.541
Juros provisionados	10.610	-	10.610
Encargos pagos	(2.276)	-	(2.276)
Transferências	12.580	(12.580)	-
Amortizações	(3.084)	-	(3.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	31.214	36.577	67.791
Juros provisionados	12.715	-	12.715
Multas provisionadas	8.118	-	8.118
Encargos pagos	(4.371)	-	(4.371)
Transferências	12.615	(12.615)	-
Amortizações	(8.816)	-	(8.816)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	51.475	23.962	75.437

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social e mutação

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 96.667 (31 de dezembro de 2014, R\$ 92.889).

	31 de dezembro de 2015 e de 2014			
	Quantidade de ações		Capital integralizado	
	Ordinárias	Preferenciais	total	
Manausgás S.A.	11.586.617	47.292.322	58.878.939	80.238
Governo do Estado do Amazonas	12.059.540	-	12.059.540	16.429
Outros	5	-	5	-
Total	23.646.162	47.292.322	70.938.484	96.667

Conforme ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 30 de novembro de 2015, o capital foi aumentado em R\$ 3.778, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo de reserva de incentivo fiscal do lucro da exploração, vide nota explicativa no 14.3.

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social; e
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia.

14.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2015 a Companhia constituiu o montante de R\$ 1.616 (31 de dezembro de 2014, R\$ 2.548) de reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

14.3 Reserva de incentivo fiscal

Conforme mencionado na nota no 2.11.3 a parcela correspondente ao incentivo fiscal apurado no exercício foi transferida para a reserva de incentivo fiscal dentro da reserva de lucros. Em 2015 o valor desse incentivo foi de R\$ 6.688 (31 de dezembro de 2014, R\$ 3.778).

14.4 Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 75% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor. Abaixo detalhamos o cálculo:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	32.315	50.963
Constituição de reserva legal	(1.616)	(2.548)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(6.688)	(3.778)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	24.011	44.637
Dividendos mínimos obrigatórios - 75%	18.008	33.478
Total de ações ordinárias e preferenciais	70.938.484	70.938.484
Dividendos mínimos obrigatórios por total de ações (ordinárias e preferenciais) - em R\$	0,2539	0,4719

A movimentação do saldo de dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.311
Provisão de dividendos adicionais relativos a 2013	10.389
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2013	(10.389)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2014	33.478
Pagamento de dividendos relativos a 2013	(11.311)
Pagamento de dividendos intermediários relativos a 2014	(22.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.314
Provisão de dividendos adicionais relativos a 2014	11.159
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2014	(11.159)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	18.008
Pagamento de dividendos relativos a 2014	(11.314)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	18.008

14.5 Dividendos adicionais propostos

Em 2 de abril de 2015 o Conselho de Administração aprovou o pagamento dos dividendos adicionais propostos pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 11.159. A Administração decidiu em 2015, ad referendum da Assembleia Geral, propor dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 6.003 relativo ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e classificou esses dividendos dentro do patrimônio líquido.

15 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

As provisões constituídas para processos trabalhistas, fiscais e cíveis são compostas como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para riscos cíveis - Remun	86.054	70.538
Honorários de êxto	198	183
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	162	60
Total	86.414	70.781

A movimentação está abaixo demonstrada:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2013	167
Constituição de provisão	76
Constituição de provisão para valores recebidos Reman (ver nota 15.3.2)	67.905
Atualização de provisão - Reman (ver nota 15.3.2)	2.633
Saldo em 31 de dezembro de 2014	70.781
Atualização do honorário de êxito	15
Constituição de provisão	101
Constituição de provisão para valores recebidos Reman (ver nota 15.3.2)	13.380
Atualização de provisão - Reman (ver nota 15.3.2)	2.137
Saldo em 31 de dezembro de 2015	86.414

15.1 Trabalhista e cíveis

APCCM Construção e Montagem Ltda. ("PCCM") foi contratada pela Cigás para realizar a construção da obra dos ramais para fornecimento de gás natural para as indústrias localizadas no distrito industrial. Entretanto, devido a problemas para conclusão das obras, a Companhia solicitou o distrato do contrato em outubro de 2012. Devido à interrupção do contrato, os funcionários da PCCM se sentiram lesionados, principalmente, pelas demissões, moveram ações trabalhistas e cíveis nos quais a Cigás é ré subsidiária da PCCM. O valor das ações trabalhistas e cíveis que a Companhia e seus assessores jurídicos avaliaram como provável de perda monta R\$ 162 (31 de dezembro de 2014, R\$ 60). Além desses valores, outros processos da mesma natureza, mas com características diferentes foram consideradas pela Administração da Companhia, juntamente com a opinião de seus assessores jurídicos, como possível a perda nestas causas e não constituiriam provisão e que montam R\$ 261 (31 de dezembro de 2014, R\$ 1.044).

15.2 Honorários de êxito

A Companhia se defende de autos de infração movidos pela Secretaria da Receita Federal relativos a imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuição para o programa de integração social – PIS, e contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS, os quais são considerados indevidos pela Administração da Companhia e pelos seus assessores jurídicos. Os honorários advocatícios sobre esses processos foram acordados com os assessores jurídicos da Companhia como sendo um percentual do valor do auto, caso a Companhia obtivesse êxito, isto é, honorários de sucesso. Devido ao fato da Administração e dos seus assessores jurídicos classificarem tais causas como possível de perda, a Administração decidiu constituir provisão sobre os respectivos honorários advocatícios, os quais para 31 de dezembro de 2015 montam R\$ 198 (31 de dezembro de 2014, R\$ 183).

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos de natureza tributária, cível e trabalhista no montante de R\$ 8.596 (2014, R\$ 7.789), mas que, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, de que as chances de perda são possíveis, não registrou qualquer provisão às demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

15.3 Ativos contingentes

15.3.1 – Construtora LJA

A Construtora LJA Ltda. foi contratada pela Cigás para efetuar a construção dos ramais termoeletrônicos, entretanto houve rescisão do contrato entre as partes devido a não entrega de tubos adquiridos pela Cigás. A Companhia move uma ação contra a Construtora devido a obrigação descumprida no valor de R\$ 18.517. O direito da Companhia já foi reconhecido judicialmente, estando o processo em fase de execução dos valores.

15.3.2 – Indenização Reman

A Companhia move uma ação de indenização contra as empresas Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras Reman no montante de R\$ 58.923, devido ao fornecimento de gás natural diretamente da Petrobras para a Petrobras Reman, desconsiderando a exclusividade da Cigás para fornecimento de gás no estado do Amazonas.

Em 19 de agosto de 2014 a Petrobras efetuou um depósito de R\$ 63.191, através de ordem judicial, como forma de indenizar a Cigás. Adicionalmente, a Companhia vem recebendo desde setembro de 2014 o lucro cessante mensal com base no volume fornecido pela Petrobras S.A. à Petrobras Reman. O montante recebido no exercício de 2015 foi de R\$ 13.380. Como o processo ainda cabe recurso, a Companhia provisionou este montante até o momento em que o processo estiver finalizado (transitado em julgado). A provisão é atualizada com base na tarifa do gás térmico, considerando o volume consumido pela Reman. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo deste processo devidamente atualizado é de R\$ 86.055 (31 de dezembro de 2014, R\$ 70.538).

16 RECEITA LÍQUIDA

	2015	2014
Receita Bruta		
Receita com venda	1.841.577	1.573.810
Receita de cláusula de take or pay/ship or pay e margem	630.269	704.097
Receita de serviço de construção (vide nota explicativa nº 3.7.2)	21.275	46.905
Total da receita	2.493.121	2.324.812
(-) Deduções:		
PIS sobre vendas	(40.807)	(37.595)
COFINS sobre vendas	(186.953)	(173.160)
Total das deduções	(227.760)	(210.755)
Receita líquida	2.265.361	2.114.057

17 COMPROMISSOS

Para compromissos relativos à compra e venda de gás, vide notas explicativas nos 6 e 11.

18 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26(R1), estamos apresentando a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2015	2014
Aquisição de gás	(1.596.784)	(1.358.900)
Custo dos serviços de construção (vide nota explicativa nº 2.9.2)	(21.275)	(46.905)
Custo de cláusulas de take or pay / ship or pay	(555.009)	(623.985)
Amortização do intangível e do diferido	(10.484)	(7.547)
Despesas com pessoal	(18.071)	(13.776)
Serviços de terceiros	(3.220)	(5.153)
Aluguéis	(1.268)	(1.076)
Despesas gerais	(2.325)	(2.142)
Perdas de ativo imobilizado	(626)	-
Serviços públicos	(137)	(353)
Viagens	(722)	(752)
Material de uso e consumo	(757)	(317)
Impostos e taxas	(23)	(11)
Outros	(104)	(158)
Total	(2.210.805)	(2.061.075)
Classificado como:		
Custo dos produtos vendidos	(2.161.413)	(1.989.566)
Custo dos serviços de construção	(21.275)	(46.905)
Despesas gerais e administrativas	(27.494)	(24.608)
Outras receitas (despesas)	(623)	4
Total	(2.210.805)	(2.061.075)

19 RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Receitas financeiras		
Receita por recebimento em atraso	134.461	319.277
Rendimento de aplicação financeira	63.501	14.535
PIS/COFINS sobre receita financeira	(9.760)	-
Outras receitas financeiras	1.114	2.282
Total de receitas financeiras	189.316	336.094
Juros por pagamento em atraso	(184.831)	(306.476)
Juros Eletrobras	(12.715)	(10.610)
Juros Reman	(2.137)	-
Outras despesas financeiras	(2.420)	(417)
Outras despesas financeiras	(202.103)	(317.503)
Total do resultado financeiro	(12.787)	18.591

A receita por recebimento em atraso e os juros por pagamento em atraso referem-se basicamente ao reconhecimento de juros pelo não recebimento no prazo das faturas emitidas para o cliente Amazonas Energia assim como pelo não pagamento das faturas do fornecedor Petrobras relativa à operação conexa de compra e venda de gás, conforme mencionado nas notas explicativas nos 1, 5, 6, 10 e 11.

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

20.1 Diferido

Ativos

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	5.130 (*)	2.876
Provisão para perda de crédito	9.311	9.311
Provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados	1.412	1.164
Total dos provistos temporários	15.853	13.551
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Impostos diferidos sobre provistos temporários	5.390	4.539

(*) Refere-se a R\$ 198 relativo a provisão para pagamento de honorários advocatícios de êxito, R\$ 162 relativo a provisão para contingências e R\$ 4.770 relativo à atualização da provisão para riscos Reman, vide nota explicativa nº 15. Passivos

	31/12/2015	31/12/2014
Impostos diferidos		
PIS e COFINS (A)	409.082	350.502
IRPJ e CSLL sobre lucros não realizados (A)	51.535	43.765
IRPJ e CSLL sobre ajustes Lei 12.973/14 (B)	1.690	1.572
Total	462.307	395.839
(-) Ativo	(5.390)	(4.539)
Imposto diferido líquido	456.917	391.300

(A) A Companhia constituiu tributos diferidos calculados sobre os lucros e receita não realizados nas operações de distribuição de gás para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. de acordo com o artigo no 409 do decreto 3.000 de 26 de março de 1999 e com a Lei nº 10.833/03, respectivamente.

(B) A Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença entre as normas contábeis e fiscais relativas a ajustes oriundos da adoção inicial da Lei 12.973, a qual será refletida nas apurações do lucro tributável até o final da concessão. O ajuste foi relativo a diferença entre a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível conforme nota explicativa no 8. Na constituição dos impostos diferidos ativos e passivos foi utilizada a alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social de 34% para os ajustes que afetam apenas o lucro real (provisões temporárias e lucros) e a alíquota incentivada de 15,25% para aqueles que afetam tanto o lucro real quanto o lucro da exploração.

Resultado

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados no resultado do exercício conforme abaixo discriminado:

	2015	2014
Constituição de imposto de renda e contribuição social ativo	851	993
Constituição de imposto de renda e contribuição social passivos	(7.888)	(20.839)
Imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado	(7.037)	(19.846)
PIS e COFINS diferidos passivos	(58.580)	(178.317)
Total de tributos diferidos registrados no resultado	(65.617)	(198.163)

O PIS e COFINS diferido foram registrados na demonstração do resultado do exercício no montante de R\$ 58.580 (31 de dezembro de 2014, R\$ 178.317) na linha de deduções de vendas que compõe a receita líquida.

20.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Abaixo demonstramos a reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	41.767	71.573
Alíquotas nominais - %	34%	34%
Impostos calculados à alíquota nominal	(14.201)	(24.335)
Incentivo fiscal do lucro da exploração	6.688	3.778
Outros	(1.941)	(53)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(9.454)	(20.610)

21 PARTES RELACIONADAS

21.1 Remuneração da administração

A remuneração dos administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é representada abaixo:

	2015	2014
Honorários e encargos sociais	888	816
A Companhia não propicia a seus administradores benefícios de pós-emprego, de longo prazo nem plano de opção de ações. Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Companhia.		
22 COBERTURA DE SEGUROS		
O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:		
Riscos	Valor da cobertura	Vencimento
	R\$	
Responsabilidade civil de administradores	10.000	01/10/2016
Responsabilidade civil geral	25.000	10/12/2016
Responsabilidade operativa de dutos de gás e outros	84.286	11/12/2016

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa no 4.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2015 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte e que obteve um rendimento esperado conforme as projeções do mercado. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do CDI.

Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio e os saldos apresentados seriam positivos.

	Saldo	Risco	Impacto no resultado e patrimônio (6.552)
Aplicações financeiras		queda do CDI	

Para expectativa do saldo das aplicações financeiras ao final do exercício foi considerado as taxas futuras da SELIC de 10,50%, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano.

c) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Devido às características das operações da Companhia a mesma concentra mais de 98% de suas vendas para um único cliente que é a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. para suprimento de gás para 6 termoeletrônicas.

d) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	31 de dezembro de 2015	Até 1 ano	Entre 1 e dois anos	Entre dois e cinco anos	Maior que 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	2.068.497	-	-	-	-	2.068.497
Confissão de Dívida - CCD (*)	162.968	162.968	1.186.611	1.595.723	3.108.070	7.035.770
Convênio Eletrobras	51.475	12.902	11.460	-	-	75.837
outras contas a pagar	214.243	175.370	1.198.071	1.595.723	-	3.183.507

(*) Conforme nota explicativa no 5.1. o crédito relativo à CCD foi cedido pela Cigás para a Petrobras, portanto esse saldo devedor será quitado diretamente pela Amazonas Energia para a Petrobras.

Conforme notas explicativas nos 1, 5, 6, 10 e 11, devido às características contratuais das operações da Companhia para a distribuição de gás para termelétricas, o contrato de compra de gás é conexo ao contrato de venda para as térmicas, os valores a pagar para a Petbrás estão atrelados ao recebimento dos valores correspondentes da Amazonas Energia e da Breitrner Tambaqui além de, conforme previsão contratual, após o transcurso de 45 (quarenta e cinco) dias, os créditos não recebidos da Amazonas Energia e da Breitrner Tambaqui S.A. pela Cigás são automaticamente cedidos à Petrobras, independente da realização de instrumento específico.

e) Gestão do risco de capital

	31/12/2015	31/12/2014
Dívida de convênio	75.437	67.791
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(624.592)	(252.896)
Dívida líquida	(549.155)	(185.105)
Patrimônio líquido	118.544	115.396
Índice de alavancagem financeira - %	-463%	-160%

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia não sofreu alteração. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa no 14).

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

24 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	2015	2014
Capitalização de reservas	14.1	3.778	3.107
Provisão para pagamento de divíndos	14.4	18.008	33.478

25 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

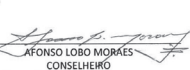
Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 18 de março de 2016.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

- O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015 e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.
- Foram verificadas, também, as propostas para destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A base de cálculo dos dividendos do exercício de 2015 é de R\$ 24.010.661,43 (Vinte e quatro milhões, dez mil, seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos), composto da seguinte forma: I) O montante de R\$ 18.007.996,07 (Dezoito milhões, sete mil, novecentos e noventa e seis reais e sete centavos), é correspondente a 75% do lucro líquido do exercício, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no Art. 29 do Estatuto Social e no disposto no Art. 202 da Lei 6.404/76. II) O montante de R\$ 6.002.665,36 (Seis milhões, dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos), a Diretoria Executiva constituiu fundo de reserva de retenção de lucro, correspondente a 25% do lucro do exercício. A Assembleia Geral Ordinária deverá se manifestar sobre a destinação desta reserva retida, conforme § 1º do Art.29 do Estatuto Social. Constatou-se que as propostas retro mencionadas, referendadas na Reunião do Conselho de Administração, de 04 de abril de 2016, não causarão prejuízo aos acionistas e permitem ajustar a estrutura de capital da Companhia ao seu nível de investimento. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das propostas formuladas pelo Conselho de Administração, incluindo as Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015.

Manaus, 07 de Abril de 2016.


PAULO DE ANDRADE LIMA FILHO
CONSELHEIRO


AFONSO LOBO MORAES
CONSELHEIRO


ANDRE GUSTAVO LIMA DE MACEDO
CONSELHEIRO

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
Avenida Tancredo Neves 450
Ed. Square Trade – 3º andar
41.820-020 – Salvador – BA
Tel: + 55 (71) 2103-9400
Fax: + 55 (71) 2103-9400
www.deloitte.com.br

Deloitte.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS

Manaus - AM

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as

demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

i) A resposta da carta de confirmação de saldo de contas a receber e créditos contratuais recebida do cliente Amazonas Distribuidora de Energia S.A. apresenta saldo a menor em relação ao saldo contábil no montante de R\$ 6.348 mil assim como a resposta da carta de confirmação do saldo de fornecedores e obrigações contratuais recebido do fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras apresenta saldo a menor em relação ao saldo contábil no montante de R\$ 5.135 mil. Conforme mencionado na nota explicativa no 1, a Companhia está em processo de conciliação de ambos os valores com as partes envolvidas e até esta data, as conciliações não foram finalizadas. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos, através de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos das contas a receber, dos créditos contratuais, de fornecedores e obrigações contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2015, seus possíveis efeitos no resultado do exercício findo naquela data e a adequação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

ii) A resposta da carta de confirmação de saldo de convênio recebida das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras apresenta saldo a maior em relação ao saldo contábil no montante de R\$ 5.551 mil o qual não foi conciliado entre as partes envolvidas. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos, através de procedimentos alternativos de auditoria, sobre o saldo a pagar de convênio Eletrobras em 31 de dezembro de 2015, seus possíveis efeitos no resultado do exercício findo naquela data e a adequação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Opinião com ressalvas

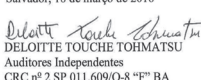
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos "Base para opinião com ressalvas", se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Amazonas – Cigás em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para notas explicativas nºs 5, 6, 10 e 11, que mencionam o fato que, em decorrência das características das operações da Companhia, a mesma concentra 98% de suas vendas para um único cliente – Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia"), - assim como 100% das aquisições de gás são realizadas com um único fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras deve levar em consideração essas circunstâncias.

Sem modificar nossa opinião e conforme mencionado na nota explicativa nº 2.13, a Companhia decidiu por reclassificar, para melhor apresentação, certos saldos constantes no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Salvador, 18 de março de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 "F" BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
[Contador]
CRC-BA nº 015.640/O-3

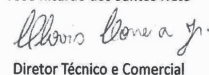
Membros da Diretoria


Diretor Presidente

Lino José de Souza Chixaro


Diretor Administrativo e Financeiro

José Ricardo dos Santos Neto


Diretor Técnico e Comercial
Clovis Correia Junior


Contadora

Sônia Maria Matsuride Paula

CRC: AM 006311/O-5

Membros do Conselho de Administração

Heraldo Beleza da Câmara

Lino José de Souza Chixaro

Anibal Guedes Lobo

Hermano Darwin Vasconcellos Mattos

William George Barrington